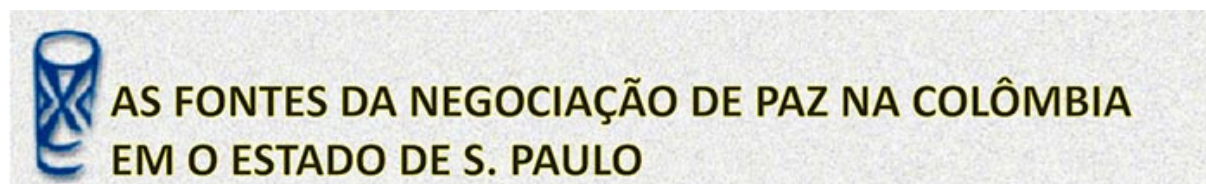


Relato de Pesquisa

**THE SOURCES OF PEACE NEGOTIATION IN COLOMBIA IN O
ESTADO DE S. PAULO**

*Angela ZAMIN*⁶⁹
*Simone PHILIPSEN*⁷⁰

RESUMO: O artigo é resultado de investigação acerca das fontes acionadas por *O Estado de São Paulo* durante as negociações de paz na Colômbia. O ponto de partida para a pesquisa foi um mapeamento de todos os textos informativos publicados na editoria de Internacional do jornal de referência brasileiro durante o período 2012-2017, 377 no total. Por meio de um Protocolo de Análise de Fontes, elaborado com base na proposição de Fonseca Junior (2009), e partindo do estudo de fontes de Santos (1997), chegamos a 833 fontes divididas em cinco categorias. Por fim, identificamos a preferência por fontes governamentais sobre não governamentais, por especialistas sobre testemunhas, por fontes do gênero masculino sobre as do gênero feminino e, finalmente, por meios-fonte sobre agências.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo internacional. Fontes. Colômbia. *O Estado de S. Paulo*. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT: This paper is the result of an investigation on the sources consulted by *O Estado de São Paulo* during the peace negotiations in Colombia. The starting point for the research consisted in map-ping all the informative texts published in the International edition of the Brazilian reference newspaper during the years of 2012 and 2017, totaling 377 texts. By means of a Protocol Analysis of Sources developed on the basis of the proposal established by Fonseca Junior (2009), and starting from the study of sources implemented by Santos (1997), we arrived at 833 sources divided into five categories. Finally, we identified

⁶⁹ Jornalista. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos). Líder do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). E-mail: angelazamin@gmail.com

⁷⁰ Estudante de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Bolsista PIBIC CNPq (2016-2017; 2017-2018)

the preference for governmental sources over non-governmental, for experts over witnesses, for male sources over female, and, at last, for using other journalistic sources (meios-fonte) over agencies.

KEYWORDS: International journalism. Sources. Colombia. *O Estado de S. Paulo*. Content analysis.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de investigação acerca das fontes acionadas por *O Estado de São Paulo* durante as negociações de paz na Colômbia no período 2012–2017.⁷¹ Esse conflito é o mais longo do continente americano, com mais de meio século de duração: 52 anos em 2016, quando as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) chegaram a um acordo de paz com o governo colombiano. O conflito interno, contudo, envolve outros grupos guerrilheiros, como o Exército de Libertação Nacional (ELN), além de outros atores, como narcotraficantes e grupos paramilitares.

O ponto de partida para a pesquisa foi o mapeamento de todos os textos informativos publicados na editoria de Internacional do jornal de referência brasileiro,⁷² em sua versão impressa, durante o período da negociação de paz. Localizamos 377 textos entre notas, notícias, reportagens, reportagens especiais, entrevistas e perfis, em 326 edições do jornal.⁷³ Em 37 desses textos não havia nenhuma fonte. Por fim, por meio de um Protocolo de Análise de Fontes, chegamos a 833 fontes.

Para distribuímos as fontes em categorias e grupos, partimos de Santos (1997), que recupera vários estudos sobre fontes jornalísticas, entre eles o proposto por Ericson et al que dividem as fontes em: Jornalistas, Porta-vozes de instituições e organizações governamentais, Porta-vozes de instituições e organizações não governamentais, Cidadãos individuais, Documentais e Não específicas. Essas categorias serviram de base para construirmos um Protocolo de Pesquisa de Análise de Fontes, com base no formulário de codificação de Fonseca Junior (2009). No formulário de codificação, consideramos as seguintes categorias e

⁷¹ Versão preliminar do estudo foi desenvolvida na disciplina eletiva de Jornalismo Internacional com a participação de todos os discentes que, posteriormente, em grupos, elaboraram análises a partir de recortes específicos nos dados coletados (como, por exemplo, meios-fonte, fontes testemunhais, fontes do gênero feminino, etc.). Contudo, no âmbito de projeto de pesquisa com bolsa PIBIC CNPq (2016-17 e 2017-18) o corpus foi ampliado, bem como as análises. O presente artigo é resultado desse último movimento de pesquisa que explora o conjunto de materiais e dados coletados.

⁷² Sobre jornalismo de referência ver Zamin (2014).

⁷³ Ao todo, 121 notas, 141 notícias, 72 reportagens, 21 reportagens especiais, 18 entrevistas e quatro perfis foram analisados, todos extraídos da versão impressa do jornal no período 2012-2017.

grupos:

- a) Jornalísticas: jornalista, agência e meios-fonte.
- b) Institucionais e organizacionais governamentais: poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, polícia e organizações intergovernamentais.
- c) Institucionais e organizacionais não governamentais: grupo armado, organizações não governamentais (ONGs) e organizações internacionais não governamentais (OINGs), empresarial, associação e sindical.
- d) Individuais: especializada, testemunhal, ocasional e personalidade política.
- e) Documentais: governamental e não governamental.

As 833 fontes identificadas estão assim distribuídas: 82 fontes jornalísticas (10% do total); 353 fontes institucionais e organizacionais governamentais (42%); 112 institucionais e organizacionais não governamentais (13%); 172 individuais (21%) e 114 documentais (14%).

2 SOBRE AS FONTES JORNALÍSTICAS

“El concepto de fuente es relacional: se refiere a ciertos comportamientos que un actor social puede desempeñar con relación a otro en un proceso de comunicación. Cualquier actor puede actuar como fuente de información” (BORRAT, 1989, p. 55). A afirmação do jornalista uruguaio Héctor Borrát Matos vai ao encontro da reflexão do pesquisador português Rogério Santos (1997, p. 23), para quem, “a escolha entre relatos determina a natureza da ocorrência ou o acontecimento e, ao mesmo tempo, o grau de reordenamento dos acontecimentos passados, prioridades de mudanças e tomadas de decisões”. Os jornalistas escolhem diferentes fontes ao produzirem seus relatos, convertendo, inclusive, atores individuais, sem ligação com governos ou entidades, em fontes.

A respeito da definição de fonte, Schmitz (2011) diz que há uma diferença entre “fonte de informação” e “fonte de notícia”. Quanto a primeira, afirma que “qualquer informação está disponível a alguém”, enquanto a segunda, a fonte de notícia, “necessita de um meio de transmissão” (2011, p. 8-9). Herbert Gans (1980 apud SCHMITZ, 2011, p. 9) define as fontes de notícias como as pessoas que os jornalistas acionam e que fornecem informações enquanto representantes de grupos, entidades ou setores da sociedade. Santos (1997, p. 32), por sua vez, afirma que “as fontes são fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação”. As fontes não são iguais nem igualmente relevantes, mas “cria-se uma relação de obrigações recíprocas entre fontes e jornalista” (1997, p. 32).

Solosky (2016, p. 140) complexifica a relação entre jornalistas e fontes ao afirmar que

estas é que “são responsáveis pela exatidão dos fatos”, não os jornalistas. Desse modo, as fontes são essenciais para a apuração jornalística. Os jornalistas precisam estar informados para tratar da atualidade a partir e por meio de seus relatos. Contudo, conforme alerta Sigal (apud SANTOS, 1997), o jornalista raramente está em posição de testemunhar algum fato e, por isso, tende a fazer com que outros descrevam as ocorrências. Mesmo que esteja cobrindo diretamente algum acontecimento, ouve fontes e traz as versões delas sobre os fatos, ou seja, o jornalista busca sempre alguém para falar por ele, pois sua fala não é legítima. A fonte é sempre o ponto de origem.

Para Karam (2009 apud OLIVEIRA, 2012), os traços específicos do jornalismo, como verdade, liberdade, objetividade, credibilidade, legitimidade, independência, entre outros, são legítimos da profissão e não se apagam: são selos que qualificam o jornalismo e devem ser mantidos como norteadores da conduta dos profissionais da área. Por essas razões que o jornalista busca, em seu discurso, a fala das fontes. Borrat (1989, p. 54 [acréscimo nosso]) amplia tal compreensão ao afirmar que “cuanto mayor sea la cantidad, la calidad y la diversidad de las informaciones que comunica y de las fuentes que cita, tanto mayor será su credibilidad y, por tanto, su influencia [do meio]”.

De acordo com Santos (1997, p. 27), quanto maior o número de fontes consultadas, maior a compreensão do acontecimento, pois “a projeção social dos ‘quem’ alarga-se”. Borrat corrobora esse entendimento ao afirmar que “el periódico necesita disponer de varias fuentes contrastables para que su propia versión no sea mera transcripción o reproducción de la que le ha proporcionado una sola fuente, ni refleje tan sólo la versión de una de las partes del conflicto” (1989, p. 57).

3 SOBRE AS FONTES ACIONADAS POR *O ESTADO DE S. PAULO*

Segundo os dados levantados na pesquisa acerca das fontes trazidas por *O Estado de S. Paulo* durante a cobertura das negociações de paz na Colômbia, o jornal acionou, em média, 2,5 fontes por texto informativo publicado. A seguir, destacamos os dados obtidos a partir da aplicação do protocolo de análise de fontes aos 377 textos informativos coletados no período 2012-2017.

3.1 FONTES JORNALÍSTICAS

Essa categoria aponta para o jornalismo como fonte do jornalismo. Jornalistas acionam

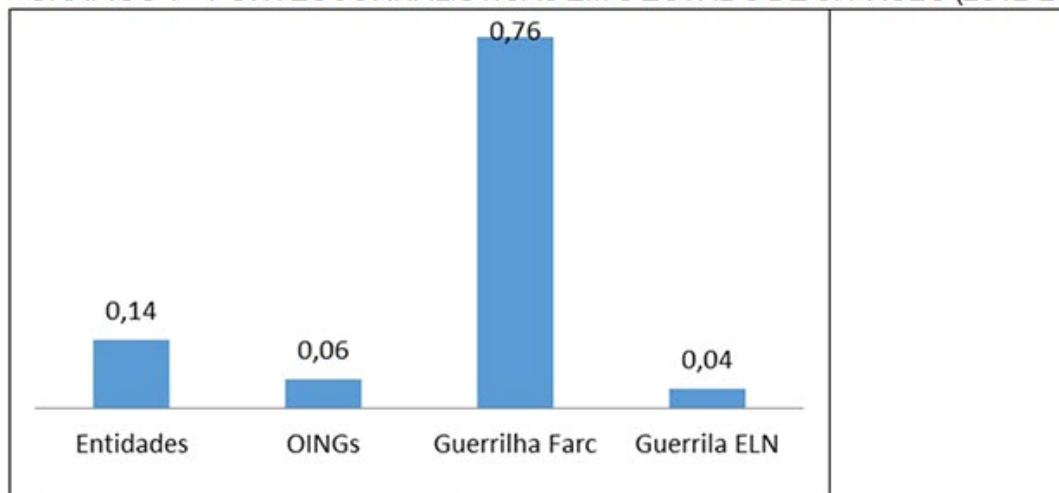
o trabalho de outros jornalistas e de outros meios de comunicação para usarem como fonte. No jornalismo internacional, é recorrente a prática de empregar como fonte uma agência de notícia ou um meio-fonte do país de que se fala, por disporem de mais informações. Os meios-fonte são aqueles usados como referência por outros meios de comunicação, haja vista que uma parte considerável da informação jornalística procede dos seus pares. É o jornalismo citando a si mesmo. “Os meios orientam suas atuações, públicas ou não, um a partir do outro. Para além dessa orientação, Borrat (1989) identifica a ocorrência de uma apropriação do conteúdo de um meio por outro, sinalizada no interior do texto jornalístico. Nesses casos, designa de meios-fonte as mídias indicadas por outras como origem de uma informação” (ZAMIN, 2011, p. 253).

As agências de notícia marcam presença no jornalismo internacional de forma significativa. De acordo com Espinosa de Los Monteros (1998), as agências, desde seus primórdios, no século XIX, mantêm uma atividade econômica de venda de informações. A compra de textos informativos das agências facilita na cobertura do jornalismo internacional por substituir o trabalho de um correspondente ou enviado.

No estudo realizado, identificamos 82 fontes jornalísticas, sendo 71 menções a meios-fonte, dez a agências transnacionais e uma a jornalista. Nenhum jornalista é citado diretamente, o que aparece é uma menção genérica: “[...] disse Uribe a jornalistas”.⁷⁴ Entre os meios-fonte, 61 são colombianos e dez de outros países. Destes, três são latino-americanos, *Telesur*, *Búsqueda* e *Veja*, e cinco estadunidenses ou europeus, *Washington Post*, *Univisión*, *The Guardian*, *The Economist* e *El Mundo*. Dos meios-fonte citados, 18 são jornais – 14 citações são de jornais colombianos (*El Tiempo*, *El Espectador* e *El Colombiano*) –, 13 revistas – nove citações somente da colombiana *Semana* –, 18 emissoras de rádio, sete canais de televisão e um site noticioso. Entre os meios-fonte colombianos, em 14 ocasiões a identificação é genérica, como, por exemplo, “imprensa local”, “meios de comunicação colombianos” e “imprensa de Bogotá”.

⁷⁴ PARTIDÁRIOS do ‘não’ podem se reunir com Farc. **Estado**, São Paulo, ano 137, n. 44928, p. A17, 20 out. 2010.

GRÁFICO 1 – FONTES JORNALÍSTICAS EM O ESTADO DE S. PAULO (2012-2107)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017)

Entre as agências, *France-Presse* é mencionada cinco vezes, seguida da estadunidense *Associated Press*, três vezes, da inglesa *Reuters*, uma, e da cubana *Prensa Latina*, também uma vez. Importante salientar que, em *O Estado de S. Paulo*, a autoria é sinalizada na abertura do texto, antes do primeiro parágrafo e, às vezes, quando do encerramento. Neste estudo, todavia, contabilizamos a presença de agências de notícias no interior dos textos informativos, quando trazidas como fontes do relato jornalístico elaborado pelo jornal brasileiro (como, por exemplo, “afirmou à *AFP*”, “uma fonte da delegação rebelde informou à agência *France Presse*”, “Segundo a *Reuters* e a emissora venezuelana”).

O fato de 87% das fontes serem meios-fonte chama a atenção por três motivos: (a) comumente, agências transnacionais de notícia, especialmente estadunidenses e europeias, integram a rede informativa de jornais de referência e são auxiliares nas rotinas da editoria de Internacional. No entanto, neste estudo, apenas 12% das fontes jornalísticas são agências; (b) um meio de comunicação considera a linha editorial do outro ao tomar de empréstimo determinada informação. Nota-se aí a aproximação editorial de *O Estado de S. Paulo* e do colombiano *El Tiempo* – o veículo de comunicação mais indicado no interior dos textos como fonte, nove vezes –, ambos conversadores; (c) apesar desta categoria apresentar o menor de número de fontes, a apropriação do conteúdo de outros meios – assim como de agências – não permite que as informações sejam singularizadas, uma vez que há um enquadramento anterior, realizado a partir da política editorial de outro meio de comunicação.

Ainda em relação ao uso de meios-fonte, das quatro operações de uso designadas por Zamin (2011), identificamos: (a) a apropriação de declarações que apareceram em outros

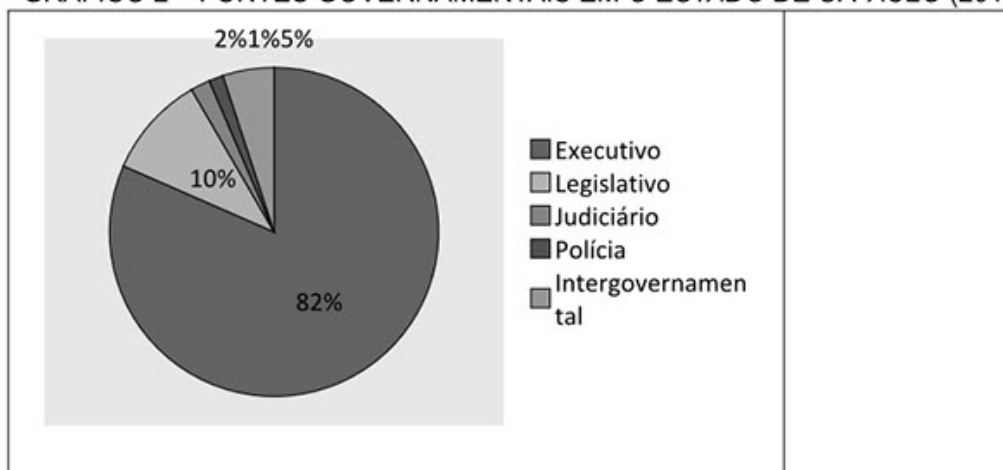
meios, como, por exemplo: “O presidente e candidato à reeleição na Colômbia, Juan Manuel Santos, anunciou ontem em entrevista a uma rádio local que [...]”; “O chefe das Farc nas negociações, Ivan Marquez, assegurou, em entrevista publicada ontem pela revista *Semana* [...]”; (b) o uso de afirmações feitas por outros meios, como: “O jornal espanhol *El Mundo* confirmou ontem [...]”; e (c) a indicação de operações ou escolhas realizadas por outro veículo de comunicação, como: “No vídeo, divulgado pela revista *Semana* [...]”. No período analisado, o recurso de arquivo não aparece.

3.2 FONTES INSTITUCIONAIS E ORGANIZACIONAIS GOVERNAMENTAIS

Fontes oficiais correspondem às falas de pessoas com cargos públicos, sejam do Legislativo, Executivo ou Judiciário, sejam organizações como juntas comerciais, cartórios de ofício ou companhias públicas, ou, ainda, instituições intergovernamentais, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas fontes são comumente mencionadas no jornalismo por darem uma “versão oficial” dos fatos. Para Schmitz (2011, p. 9), “são as preferidas dos jornalistas, pois suas ações e estratégias têm impacto direto no interesse público, pela sua capacidade e poder de influência, acesso facilitado e sistemático às pautas da mídia”.

Em nossa análise, encontramos 353 fontes governamentais de um total de 833, o que corresponde a 42% das fontes usadas. Destas, 287 fontes são do Executivo, 36 do Legislativo, sete do Judiciário, cinco da polícia e 18 de organismos intergovernamentais. Somente o presidente da Colômbia é citado 110 vezes (entrevistas, pronunciamentos e declarações pela conta oficial do *Twitter*). Tal dado corrobora a afirmação de Borrat (1989, p. 59) de que o “protagonista indiscutido de la información política del periódico es el Gobierno como colectivo y el jefe del Gobierno como su representante institucional”. Outro dado interessante é que apenas 22 dessas fontes são mulheres, contra 272 masculinas. Há, ainda, 59 fontes designadas genericamente (como, por exemplo, “assessores”, “autoridades colombianas”, “exército colombiano”, “fontes do Ministério da Defesa da Colômbia” ou “governo colombiano”).

GRÁFICO 2 – FONTES GOVERNAMENTAIS EM O ESTADO DE S. PAULO (2012-2107)



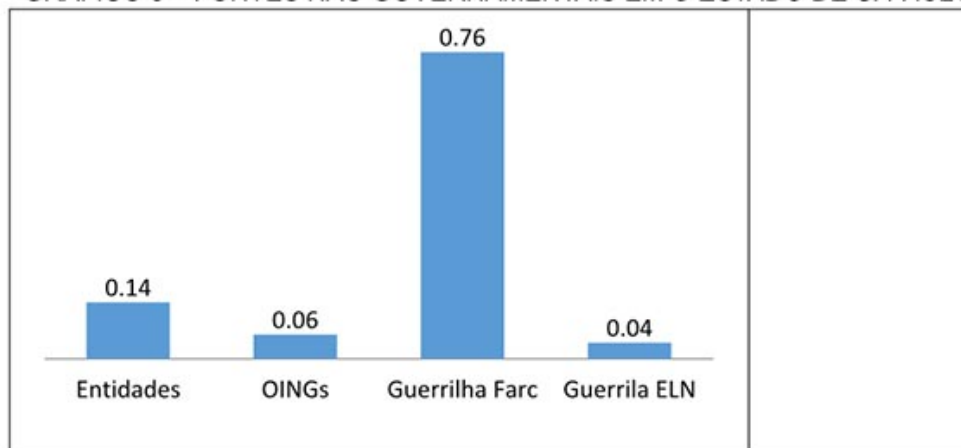
Fonte: Elaborado pelas autoras (2017)

Ao contrapormos as fontes governamentais e as não governamentais, a seguir trabalhadas, percebemos a preferência pela primeira categoria sobre a segunda. Isso nos diz de um jornalismo que se movimenta a partir de fontes “oficiais”, especialmente ligadas ao poder Executivo. A posição dos guerrilheiros é apagada, uma vez que a opção recai sobre o posicionamento do governo colombiano, oficial, portanto. O conservadorismo que o jornal brasileiro mantém em sua linha editorial contribui, sem dúvida, para tal opção. Como vimos anteriormente, essa característica liga-o ao também conservador *El Tiempo* e ao enquadramento adotado por este durante as negociações de paz, qual seja, de silenciamento da guerrilha Farc. Importante considerar, todavia, que o fato de as negociações terem sido realizadas em Havana, Cuba, em discussões não acessíveis à imprensa, restringiu o contato com os guerrilheiros. Tal opção considerou a experiência de negociação anterior, em San Vicente del Caguán, Colômbia, no governo de Andrés Pastrana (1999-2002), em que havia sido permitido o acesso dos meios de comunicação e, inclusive, transmissões ao vivo das mesas de discussão, o que resultou ser improdutivo para o processo, posteriormente suspenso.

3.3 FONTES INSTITUCIONAIS E ORGANIZACIONAIS NÃO GOVERNAMENTAIS

As fontes não governamentais constituem-se de empresas, de associações de consumidores, ambientais e de direitos cívicos. No caso desta pesquisa, buscamos identificar porta-vozes de organizações não governamentais (ONGs), de organizações internacionais não governamentais (OINGs), de entidades e de grupos guerrilheiros. “El periódico publica por tanto mucha información recibida de, o buscada en, las fuentes gubernamentales [...]. Pero al mismo tiempo necesita articular esa información con la que le proporcionan las fuentes no-gubernamentales” (BORRAT, 1989, p. 59).

GRÁFICO 3 – FONTES NÃO GOVERNAMENTAIS EM O ESTADO DE S. PAULO (2012-2107)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017)

Identificamos 112 fontes dessa categoria, sendo 16 entidades, sete ONGs e 89 guerrilheiros e/ou grupo guerrilheiro. Deste último grupo, 85 fontes são ligadas às Farc e outras quatro ao ELN. É curioso observar que, mesmo as matérias versando sobre a negociação de paz entre governo e guerrilha, esse número é bem menor do que as fontes do governo, que são 335. Ainda, juntos, o presidente da Colômbia Juan Manuel Santos e os principais negociadores do governo no processo de paz, o ex-vice-presidente Humberto de la Calle e Sérgio Jaramillo, aparecem 148 vezes como fonte. Do outro lado da mesa de negociações, as Farc aparecem apenas 85 vezes como fonte em cinco anos de cobertura do jornal brasileiro.

Quanto ao gênero, foram acionados 80 homens, seis mulheres e 26 fontes genéricas (“associações de militares vítimas do conflito” ou “ONGs de Defesa dos Direitos Humanos”, por exemplo).

Como dito antes, o modo de condução das negociações do processo de paz de La Habana dificultou o acesso aos líderes guerrilheiros que participavam das discussões em Cuba. Apesar da especificidade imposta por esta situação, a cobertura jornalística realizada não difere muito da de outros períodos, em que se repete a preferência pelas fontes ligadas ao governo e a tentativa de apagamento do grupo guerrilheiro como fonte. Interessante, contudo, notar que, ao trazer as fontes oriundas da guerrilha, o jornal opta por identificá-las pelo nome – ou pseudônimo – e pelo cargo; as designações genéricas, como “Farc” ou “negociadores das Farc”, são esporádicas na cobertura. Tal procedimento dá a ver um dos modos de operação do jornalismo, qual seja, nomear explicitamente as fontes não governamentais e, desse modo, se eximir de qualquer responsabilidade sobre as informações apresentadas no texto jornalístico. O inverso ocorre em relação às fontes governamentais, designadas de modo genérico com maior frequência, como ilustrado anteriormente.

3.4 FONTES INDIVIDUAIS

Essa categoria compreende as fontes que falam por si. Inicialmente, dividimos a categoria fontes individuais em três grupos: especializadas, testemunhais e ocasionais. Entretanto, durante a categorização, percebemos a necessidade de incluir mais um grupo, as personalidades políticas, que designa os personagens que não ocupam cargos no governo, mas que têm participação na vida política do país, como ex-presidentes, ex-parlamentares, presidentes de partidos e lideranças políticas. As “personalidades políticas” poderiam ser alocadas entre as especializadas, as ocasionais ou, ainda, as testemunhais, todavia, optamos por reuni-las sobre uma mesma designação, haja vista que, geralmente, expressam interesses – em sua maioria, são fontes de oposição não parlamentária – com vistas a lograr acesso à atualidade jornalística dos acontecimentos políticos.⁷⁵

Para Schmitz (1997 p. 4), “ainda que os experts geralmente se manifestem por si, representam uma especialidade, um conhecimento reconhecido, por isso merecem uma tipificação à parte; assim como a ‘fonte testemunhal’, por não defender uma causa própria”. Às fontes testemunhais “cabe, sobretudo comunicar a experiência de ter visto ou vivido uma situação extrema, ou seja, descrever” (AMARAL, 2015, p. 50). As fontes testemunhais são deste modo designadas porque “são consideradas aquelas que presenciaram o fato, que participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele” (2015, p. 50). Já as fontes ocasionais são aquelas que falam uma única vez com o jornalista porque, casualmente, observaram algum acontecimento e lhes é pedida opinião, como, por exemplo, alguém que acabou de votar em um pleito.

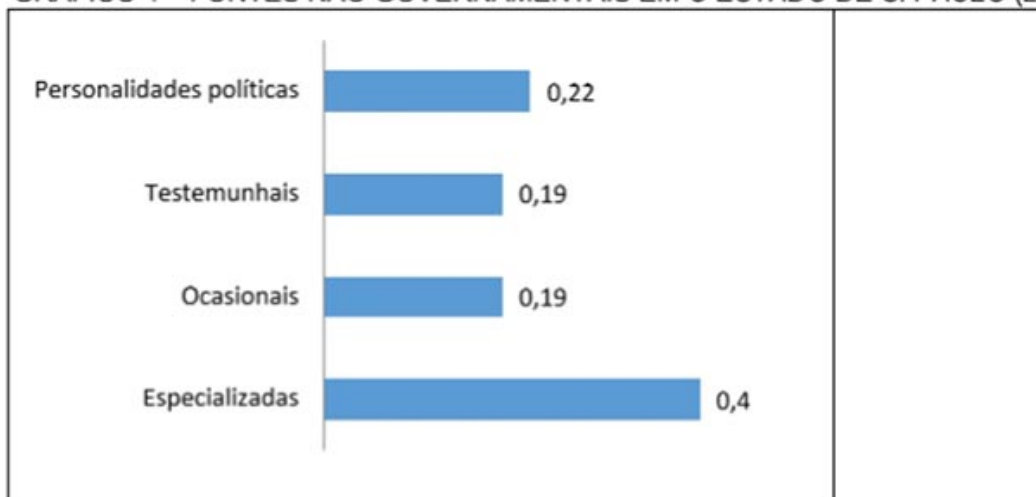
Identificamos 172 fontes individuais. Nessa categoria, a maior parte é especializada, 67, seguida de personalidades políticas, 38, ocasionais, 33, e, por fim, testemunhais, 32. Considerando a duração e o impacto do conflito, o período da análise (2012-2017) e o total de fontes identificadas, o número de fontes testemunhais trazidas pelo jornal brasileiro é reduzido. Quanto ao gênero, 114 são homens e 43 são mulheres. As demais são genéricas.

As fontes individuais especializadas são acionadas, especialmente, em textos assinados por repórteres, 39 das 67; enquanto 15 em textos de agências, 12 em textos de

⁷⁵ Entre as personalidades políticas, por exemplo, encontra-se Álvaro Uribe, ex-presidente da Colômbia, que passa a integrar as fontes Institucionais e Organizacionais Governamentais quando do ingresso no senado, em junho de 2014. Uribe era contrário à negociação de paz nos termos propostos pelo presidente Juan Manuel Santos. Também sob esta designação, alocamos a ex-senadora, ex-candidata à presidência e ex-refém das Farc, Ingrid Betancourt, acionada para falar do processo de paz, do qual era favorável.

autoria conjunta (i.e., repórter de *O Estado de S. Paulo* e agências) e uma, apenas, aparece em texto sem autoria, curiosamente, uma fonte identificada pelo nome e função (24 mar. 2016). Assinam desde a Colômbia, como enviados especiais, os repórteres Juliana Vines (maio 2014), Rodrigo Cavalheiro (maio 2014), Denise Chrispin Marin (jun. 2014), Pablo Pereira e Clayton Souza (dez. 2014 e dez. 2015), Wilson Tosta (out. 2015) e Fernanda Simas (set. 2016). Apenas quatro desses repórteres do jornal acionam testemunhos; além de dois repórteres de jornais estrangeiros, Jonathan Stock, do *Der Spiegel*, e Willian Neuman, do *The New York Times*, que têm seus textos publicados em *O Estado de S. Paulo*.

GRÁFICO 4 – FONTES NÃO GOVERNAMENTAIS EM O ESTADO DE S. PAULO (2012-2107)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017)

Já em relação aos personagens políticos, há uma inversão: a maior parte aparece em textos informativos assinados por agências, 21 de 38, seguido dos textos de autoria de repórteres, 14, de autoria conjunta repórter e agências, dois, e sem autoria, um. Dos textos assinados por repórteres, há quatro situações distintas: (a) repórter de sucursal de *O Estado de S. Paulo* – Santiago Torrado (mar. 2017); (b) correspondente – Jamil Chade (set. e out. 2016), de Genebra; (c) enviados especiais que assinam reportagens desde a Colômbia – Rodrigo Cavalheiro (maio 2014), Denise Chrispin Marin (jun. 2014) e Fernanda Simas (set. 2016) que, juntos, trazem oito personalidades políticas como fonte; (d) repórteres de jornais estrangeiros – Willian Neuman, do *The New York Times*, e Jim Wyss, *Miami Herald*.

Ora, se o conflito passa de meio século – o mais antigo e duradouro da América Latina –, se provocou o deslocamento interno de 7,2 milhões de colombianos⁷⁶ e levou ao refúgio de

⁷⁶ Deslocados internos: os deslocados internos, IPDs em seu acrônimo inglês, são aquelas pessoas que “não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança, mas permaneceram em seu país natal. Mesmo se fugiram por razões semelhantes às dos refugiados (conflito armado, violência generalizada, violações

outros 340 mil que, atualmente, vivem no exterior,⁷⁷ o número de fontes testemunhais é reduzido. Essas fontes, em sua maioria, aparecem quando há um repórter do *Estadão* na condição de enviado especial na Colômbia. Apesar do expressivo número de deslocados e de refugiados, nos textos, aparecem como personagens apenas seis deslocados internos e uma colombiana em condição de refúgio e que vive no Brasil. Ainda, é difícil identificar nas matérias o motivo do deslocamento. Além destes personagens, seis ex-integrantes de grupos guerrilheiros ou paramilitares estão entre as fontes testemunhais. Entendemos que por terem estado diretamente envolvidos com o conflito colombiano são parte fundamental no entendimento da situação. Ao trazê-los – ainda que em número reduzido e em situações pontuais da cobertura –, o jornalismo oferta outro enfoque do conflito, pela perspectiva daqueles que estiveram próximos dos grupos armados.

As fontes testemunhais e ocasionais começam a aparecer no jornal brasileiro somente a partir de maio de 2014, dois anos após o início das negociações de paz e às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais. Interessante registrar que a maior parte das fontes testemunhais, 24 das 32, aparece em textos assinados por enviados especiais, produzidos desde a Colômbia: Rodrigo Cavalheiro (maio e jun. 2014) traz dez fontes testemunhais, Pablo Pereira (dez. 2014 e dez. 2015), sete fontes; Fernanda Simas (set. e out. 2016), cinco fontes, e Wilson Tosta (out. 2015), duas. Outros dois repórteres assinam textos produzidos no Brasil e trazem deslocados e refugiados como fontes: Adriana Carranca (set. 2014), duas fontes, e Roberto Godoy (jul. 2015), uma fonte. Duas fontes testemunhais aparecem em matérias compradas de jornais de referência estrangeiros: do *The Washington Post*, assinada por Nick Miroff (8 set. 2016) e do *Miami Herald*, assinada por Jim Wyss (5 fev. 2016). Ainda, outras duas fontes testemunhais aparecem em matérias assinadas por agências e uma em texto sem autoria.

As fontes ocasionais são recorrentes quando de processos eleitorais, como, por exemplo, no 1º e 2º turnos das eleições presidenciais colombianas, em maio e junho de 2014, e no plebiscito sobre o acordo de paz, em outubro de 2016. Das 33 fontes ocasionais, 27 chegam por meio de textos assinados por enviados especiais de *O Estado de S. Paulo*. Fernanda Simas (jun. 2015 e out. 2016) traz 14 fontes individuais ocasionais; Denise Chrispin

de direitos humanos), legalmente, os deslocados internos permanecem sob a proteção de seu próprio governo, ainda que este governo possa ser a causa da fuga”. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

⁷⁷ Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/RefugiadosAmericas/Colombia/2016/Factsheet_Colombia_Diciembre__2016>. Acesso em: 2 jul. 2017.

Marin (jun. 2014), dez; Rodrigo Cavalheiro (maio 2014), duas; Santiago Torrado (mar. 2017), uma. Quatro dessas fontes foram acionadas em textos assinados por agências e outras duas em textos sem autoria.

Tais dados são relevantes haja vista que 82% das fontes ocasionais aparecem como resultado da presença de um jornalista brasileiro na Colômbia. Do mesmo modo ocorre com as testemunhais, 75% delas estão em textos produzidos desde o país vizinho. Estes dados contribuem para uma reflexão acerca da política de fontes adotada por *O Estado de S. Paulo*. Como vimos, na relação entre fontes governamentais e não governamentais, a preferência recai sobre a primeira; há um cargo, uma instituição, um “bom” nome a avalizar tal escolha. Aqui, novamente se repete essa opção: entre um especialista e um testemunho, o primeiro tem primazia. Outra vez a escolha recai sobre um cargo, uma instituição, um título acadêmico.

Sem ignorar que se trata de uma cobertura internacional, logo, dependente da possibilidade de deslocamento pelo espaço geográfico para identificar e acessar personagens⁷⁸ – que aqui aparecem entre as fontes testemunhais e ocasionais –, é importante considerar a contribuição destes para o aprofundamento dos relatos jornalísticos. A ação de trazer para a cobertura personagens que acessam e a quem escolhem dar voz, localizados à margem da sociedade – e do próprio jornalismo e de sua política de fontes –, permite a estes emergirem como protagonistas de relatos que, conseqüentemente, dão uma dimensão mais profunda e crítica de questões mais amplas, ampliando o enfoque sobre o conflito

3.5 FONTES DOCUMENTAIS

Dentro dessa categoria, apareceram documentos do acordo de paz (governamentais), como comunicados oficiais, notas, etc., emitidos pelo governo colombiano e também de outros países; documentos das guerrilhas e, por fim, outros documentos. Percebemos aqui novamente que a “versão oficial” é mais procurada pelo jornalismo, visto que a grande maioria de documentos usados como fonte tem origem no governo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualidade jornalística é resultado da ação e da interação de dois agentes sociais: o jornalista e a fonte. O primeiro domina um conjunto de procedimentos que permitem ao

⁷⁸ “[...] termo emprestado da literatura e que sobretudo vê o Outro sob um aspecto técnico no momento em que o coloca como objeto de observação (e de desejo) do repórter, é ofuscado pela ideia de ‘fonte’, esta dominante nos livros e manuais adotados nas universidades e faculdades de jornalismo do país” (MORAES, 2015, p. 17-18).

Jornalismo constituir lugares de proposição de sentidos. O segundo, as fontes, auxiliam no relato, sem, contudo, deixar de marcar posições e interesses, especialmente as “oficiais”. Há diferentes modalidades de fontes instituídas pelo saber jornalístico, que transferem ao jornalista ausente a autoridade de quem presenciou os acontecimentos. A partir disso, podemos entender o cuidado do jornalista e do jornalismo na escolha das fontes para compor as matérias.

Na cobertura das negociações de paz na Colômbia empreendidas por *O Estado de S. Paulo*, há uma média de 2,5 fontes por matéria. Do conjunto, identificamos a preferência por:

- a) Meios-fonte sobre agências de notícia – quando o contrário geralmente acontece;
 1. Fontes governamentais sobre fontes não governamentais – o que é recorrente no jornalismo;
 2. Especialistas sobre testemunhas – também recorrente;
 3. Fontes do gênero masculino sobre o gênero feminino, 467 contra 70 – outra recorrência no jornalismo;
 4. Uso de generalizações para designar fontes de informação.

Com relação ao item “a”, como explicado anteriormente, do total de 82 fontes jornalísticas acionadas no interior dos textos informativos, 71 são meios-fontes e dez são agências, além de um jornalista. Contudo, as agências dividem com os repórteres do jornal brasileiro a autoria dos textos jornalísticos analisados. Importante considerar que os despachos das agências por si só não permitem que as informações sejam singularizadas. Isso explica, em parte, o fato de, na editoria de Internacional de *O Estado de S. Paulo*, identificarmos autorias compartilhadas entre repórteres do jornal e agências.

O item “b” aponta novamente para um jornalismo que se movimenta a partir de fontes ligadas ao poder Executivo, especialmente. Os governos e seus representantes, pelo poder a eles atribuídos, têm acesso facilitado à mídia. Nesta pesquisa, que visou a análise das fontes acionadas por *O Estado de S. Paulo* durante as negociações de paz na Colômbia, a diferença no número de fontes ligadas ao governo colombiano e às Farc, implicadas diretamente nos termos do acordo de paz, reafirma o lugar do jornal como um ator político, nos termos de Borrat (1989). Em cinco anos, as falas de apenas 85 guerrilheiros das Farc foram contrapostas as de 335 membros do governo (do Executivo, Legislativo, Judiciário e da polícia

colombianos), ou seja, a cada quatro fontes ligadas ao governo, uma da guerrilha foi acionada. Importante ressaltar, entretanto, que a maioria das fontes institucionais e organizacionais era favorável ao acordo.

Em “c”, identificamos uma das questões centrais à pesquisa: a importância de enviados especiais e correspondentes na cobertura de temas e de acontecimentos internacionais. A decisão de deslocar repórteres pelos espaços informativos não cobertos, ou pouco acessados, por sua rede informativa, resulta em um jornalismo mais próximo dos sujeitos diretamente afetados pelos acontecimentos do mundo vivido. Por meio da pesquisa, percebemos que a presença de enviados especiais na Colômbia assegurou o ingresso de fontes testemunhais e também de ocasionais nos textos propostos pelo jornal de referência brasileiro. Apesar do esforço e da facilidade de contatar pesquisadores e analistas políticos colombianos a partir do exterior, o número de especialistas corresponde ao dobro de testemunhos do conflito interno, logo, não reflete a extensão do mesmo. Se, por uma parte, a manutenção de correspondentes ou o deslocamento de enviados especiais implica em custos elevados, por outra, assegura a produção de reportagens aprofundadas, capazes de localizar fontes testemunhais que esclarecem muito da situação enfrentada em outros países.

Com relação ao item “d”, pouco explorado neste artigo, se consideradas apenas as fontes das categorias fontes institucionais e organizacionais governamentais (353 fontes), institucionais e organizacionais não governamentais (112) e individuais (172) chegamos a 637 fontes e, destas, apenas 70 são femininas contra 467 masculinas, além de 100 designadas de modo genérico. Ou seja, 73% das fontes são homens. Uma mulher foi acionada como fonte a cada 12,5 homens.

Por fim, o uso de termos genéricos e, geralmente, no plural, atribuídos a uma única fonte (ou a fontes ocultas) é um problema que precisa ser pontuado. No caso das fontes jornalísticas, aparecem “imprensa local” ou “imprensa colombiana”. Entre as governamentais, encontramos uma variedade de atribuições genéricas às fontes, como “assessores”, “autoridades colombianas”, “autoridades locais” e “fontes militares”, além de fontes ocultas, como “uma fonte da inteligência colombiana”, “uma fonte da segurança” ou “uma fonte do governo colombiano em Havana”. Tal uso se repete também entre as fontes não governamentais, porém, em menor número de ocorrências (“um porta-voz das Farc” e “um soldado das Farc”). Entre as individuais, estão “analistas” (e as variações “analistas colombianos” e “analistas políticos”) e “especialistas”. Essas generalizações aparecem tanto em textos que, posteriormente, listam nominalmente uma (apesar do plural) ou mais fontes,

como em textos com nenhuma explicação acerca de quem são ou de onde são tais fontes; não é possível identificar a origem da informação ou da análise apresentada. Entendemos o uso de fontes genéricas como uma irresponsabilidade informacional pelas razões mencionadas.

REFERÊNCIAS

a. AMARAL, Marcia F. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Líbero**, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. de 2015. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/12/Marcia-Franz.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BORRAT, Héctor. **El periódico, actor político**. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

ESPINOSA DE LOS MONTEROS, Guillermo G. Periodismo Internacional, Corresponsales y Testimonios sobre el Extranjero. **Foro Internacional**, n. 152-153, México: Hemeroteca Virtual Unam, 1998. p. 415-426. Disponível em: <http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/2ABM9V9CHVIEUG92B8Q869C5KJ7X4I.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

b.

FONSECA JÚNIOR, Wilson C. **Análise de Conteúdo**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joyci**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Cândida. **Credibilidade no discurso jornalístico**: tradição e autoridade nos editoriais da *Folha de S. Paulo* no marco de seus 90 anos. Dissertação, Mestrado em Jornalismo, UFSC. Florianópolis, 2012.

SANTOS, Rogerio. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SCHMITZ, Aldo A. **Fontes de notícias**: ações e estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

SOLOSKY, John. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho

jornalístico. TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 133-145.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set.-dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716/0>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ZAMIN, Angela. Meios-fonte nas páginas de internacional de *O Estado de S. Paulo*. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 250-261, dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/7049/6071>. Acesso em: 17 jun. 2017.